

Saulo Santana dos Santos

A História da Fundação de Ipanema

Em abril de 1941, diante do caos da Segunda Guerra Mundial, por meio de investimentos norte-americanos, o Brasil, então liderado pelo ex-ditador Getúlio Vargas, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN, qual para muitos se trata da primeira indústria siderúrgica do país. Ela, entretanto, apesar das incontestes inovações a nível nacional, não foi tão pioneira quanto se pensa. Isso, porque em 1810 o ambicioso projeto de industrialização joanino dava-se início pela, dentre outros marcos, criação da não tão conhecida, mas extremamente importante Fundação de Ipanema (1810-1895), a primeira fábrica de siderurgia brasileira. Essa coluna tem por objetivo contar a história desse tão importante marco na industrialização do país, destacando os seus erros e acertos num dos inumeráveis outros esforços cuidadosamente diligenciados para apartar dela o ostracismo.

“Vive l’empereur”:

Em 1799, Napoleão Bonaparte realiza um golpe de Estado para depor o regime revolucionário, instituindo uma nova monarquia sob moldes liberais iluministas. Isso não foi visto com bons olhos pela Europa, que, ressentida, ainda enlealaria-se em pugnas terríveis contra a França. Foi no contexto do auge das Guerras Napoleônicas que, visando asfixiar a economia do Reino Unido, os franceses impõem um bloqueio continental, cercando o Mediterrâneo até o Mar do Norte através da costa ibérica.

A ideia era simples – uma vez que eles impedissem a Grã-Bretanha de comercializar com a Europa, ora ou outra a economia dela iria asfixiar, tendo em vista a sua significativa dependência da importação de insumos, especialmente alimentos. Isso elevaria os custos de manter-se no conflito e reduziria o moral de guerra inimigo. O plano parecia perfeito, mas havia uma pedra no meio da estrada, e seu nome era Portugal. Ele é o aliado militar mais antigo da Inglaterra – e, por sinal, a aliança militar anglo-lusitana, firmada em 1373, é a mais antiga da História.

Mesmo que nunca tenha sido tecnicamente quebrada, ela já foi, sim, alvo de tensões que puseram-na à prova. Talvez a mais desafiadora tenha sido esse dilema trazido por



Foto retirada da praia Ipanema.

Napoleão: manter os portos abertos e ser invadido pela França ou trair a Inglaterra e ser invadido pelo mar. É aí que entra a sabedoria do monarca Dom João VI de Portugal, que, dotado de imensa expertise, soube exatamente o que fazer: recuar estrategicamente.

Ao contrário do que se ensina nas escolas, o plano joanino foi muito mais complexo e multifacetado do que uma simples “fuga”. Era impossível enfrentar Napoleão e, sabendo disso, optou por recuar às possessões portuguesas na América por meio da escolta inglesa. Tal medida, assim como num jogo de xadrez, onde os jogadores não podem vencer sem capturar o rei, impediu a capitulação de Portugal, a instabilidade política imediata e evitou que a aliança com os britânicos fosse rompida.

A abertura dos portos:

Chegando de Portugal em 1808, a família real logo tratou de instalar-se devidamente no Rio de Janeiro. Contudo, isso exigiria uma modernização completa do Estado, de modo que fosse possível fazer do Brasil uma terra capaz de abrigar as antigas elites europeias, deslocadas em todos os sentidos. Um exemplo disso foi a fundação do Banco do Brasil no final daquele mesmo ano.

Reformas dentro do aparato burocrático do então incipiente Estado brasileiro eram inevitáveis, como a eliminação de restrições mercantilistas à indústria nacional, sendo as principais delas a revogação do alvará de 1785, qual proibia terminantemente a manufatura em território colonial, e a famosa abertura dos portos (1808).

Essas duas medidas em particular foram importantes para que (1) houvesse destruição criativa, viabilizando a modernização das técnicas de produção, (2) fosse criado um ambiente minimamente concorrencial para as empresas privadas que se alojavam por aqui e (3) e ocorresse maior intercâmbio entre os agentes econômicos, dotados de conhecimento tácito sobre técnicas de produção inovadoras.

Segundo o Nobel de Economia Friedrich Hayek, grande parte do conhecimento sobre as técnicas de produção é de natureza tácita e está diluído por toda a sociedade. Significa que a única maneira de coordenar tantos saberes eficientemente é por meio de um sistema de preços, pois ele é descentralizado e capaz de enviar sinais que revelam, através das suas eventuais oscilações, as relações de oferta e demanda. Sem isso, a economia não conseguirá alocar os seus recursos de forma ótima. No Brasil, isso não é exceção, mas regra.

O que os portugueses, na prática, faziam ao restringir o comércio e a implementação de novos arranjos dos fatores de produção disponíveis era podar o desenvolvimento econômico, pois os agentes empresariais, os indivíduos dispostos a correr riscos poupando e investindo, não tinham liberdade para fazê-lo das formas que se lhes apossasse. Como não podiam tentar nada de novo, e não havia quem trouxesse novidades de fora em larga escala, a economia se prendia aos atavismos dos tempos do século passado – mas, obviamente, a abertura dos portos, embora tenha trazido um alívio significativo para esse problema, em si não foi condição suficiente, pois uma série de problemas estruturais, como a existência de monopólios estatais no fornecimento de certos produtos e serviços



Proclamação da Independência, de François-René Moreaux (1844)

Viva o Imperador:

Em nove de Janeiro de 1822, o Brasil se tornou uma nação independente, mas isso só veio a ser simbolicamente epitomado meses mais tarde, em sete de Setembro, quando, às margens do Ipiranga, ouvia-se o famoso grito “independência ou morte”. Mesmo assim, Portugal mostrou-se inicialmente reticente quanto ao ocorrido e, por isso, diligenciaram uma série de ataques ao recém-formado Império tropical. Alguns dos principais focos de resistência se deram na Bahia, onde heroínas como Joana Angélica e Maria Quitéria entraram para a história.

No entanto, embora curta, a Guerra de Independência deixou marcas profundas no orçamento do Tesouro, dados que o Brasil passou a dever duas milhões de libras esterlinas a Portugal como reparação. Somase a isso uma inflação que galgava os 18-20% assim que raiou matutino o alvorecer do Império. De acordo com o economista Ludwig von Mises, os efeitos da inflação na economia tendem a ser negativos, pois promovem distorções no sistema de preços que induzem aos ciclos econômicos em decorrência da má alocação subjacente de recursos.

Quando a inflação sobe, devido aos incrementos artificiais na quantidade de liquidez disponível para empréstimos, os recebedores iniciais desse crédito abundante, barateando pelas taxas de juros artificialmente baixas, tendem a consumir mais recursos do que num cenário não-inflacionário. Ocorre, desse modo, uma pressão subjacente, em razão do aumento inicial do poder de compra desses indivíduos, sobre o consumo agregado, elevando os preços. O capital não é neutro e, por isso, geralmente são os mais pobres quem mais sofrem com isso no longo prazo, pois os seus rendimentos dificilmente acompanham a subida dos preços. Mais do que isso, a atividade especulativa tende a aumentar, pois as taxas de juros baixas são vistas como um sinal verde para a tomada de empréstimos arriscados, que serão direcionados aos bens de capital, distantes do consumo final, em detrimento dos bens de consumo.

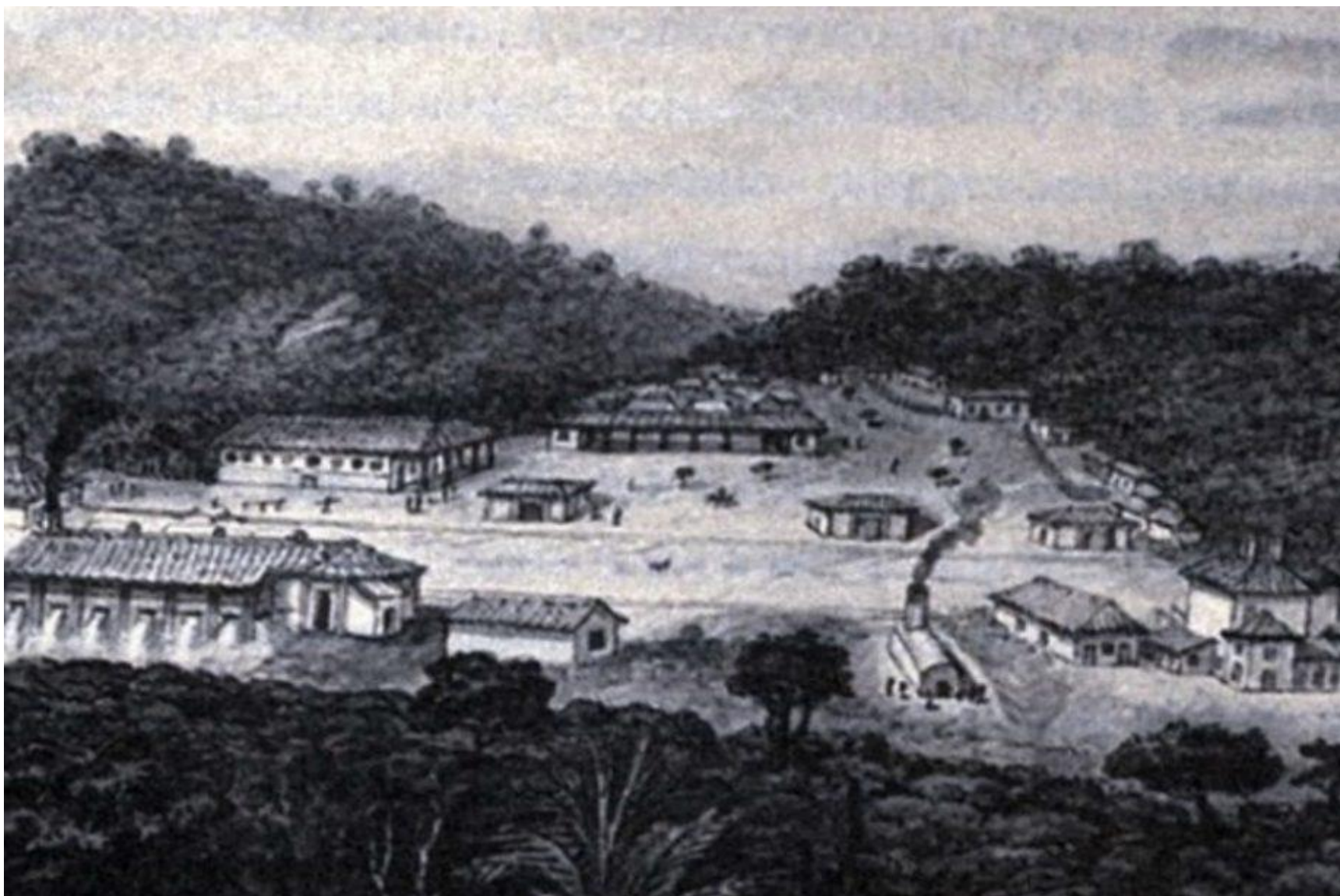
Isso tende a causar efeitos inicialmente positivos na economia, os quais degeneram-se à medida que o tempo passa. Uma das formas de se ver tais efeitos é observando a renda per capita da época, que, segundo estimativas, estagnou entre 1822 e 1850. Os efeitos disso na Fundação de Ipanema foram extremamente dolorosos, pois ela era dependente dos mercados internacionais para manter as operações, que já não eram muito produtivas. Além disso, com o orçamento real comprometido devido à desvalorização monetária, as remessas da União à estatal se tornaram irregulares, dificultando o planejamento financeiro da firma, a qual depende naturalmente do longo prazo, pois opera no nível dos bens de capital. Dessa arte, a incerteza aumentou, tendo potencialmente contribuído para o aumento das despesas da empresa em relação às suas receitas, gerando déficit.



Foto- Marc Ferrez, Instituto Moreira Salles, Vale do Paraíba 1885. Imagem disponível em: <https://www.geledes.org.br/alfomriados-negros-ainda-foram-explorados-como-escravos/>

A resposta do Estado para essa crise foi a intensificação do uso e da dependência da mão de obra cativa. Um dos fatores mantenedores da escravidão no Brasil, nesse sentido, pode ter sido a ação distorcida do Estado sobre o sistema de preços e, em última instância, a alocação de recursos, e a Fundação de Ipanema não se isentou disso. Entre 1835 e 1842, estimativas sugerem a seguinte composição da força de trabalho: 174 escravos, 144 africanos livres e somente 51 trabalhadores europeus. Isso sugere que 60% ou mais da força de trabalho da Fundação era composta por operários não-livres.

Apesar do déficit de 3,7 contos de réis, a produção não havia caído, mas, na verdade, estava em seu melhor momento até então. Entre 1834 e 1841, foram produzidas 100 toneladas de ferro batido em barras e 904 toneladas de ferro modelado. Ao todo, 1004 toneladas de ferro foram fabricadas em sete anos. Isso, nesse período, era um volume significativo para os parâmetros sul-americanos. Países como a Argentina não possuíam sequer siderúrgicas para organizar a extração desse minério. Os dados passam a ficar desanimadores quando se considera nações já industrializadas, como no Reino Unido (somente nas ilhas britânicas), onde foram extraídas, nesse entrementes, entre 6,4 e 8 milhões de toneladas de ferro bruto.



Fábrica de Ferro São João de Ipanema (1820), pintura de Jean-Baptiste Debret. Crédito da foto: Reprodução / J. F. de Almeida Prado (1973)

A produção brasileira se igualava a 0,02% da britânica.

Somava-se à baixa produção e à inflação, os custos com logística. Durante todo o período Imperial, houve escassez crônica de infraestrutura industrial, dificultando o escoamento da produção da firma, impactando frontalmente a sua competitividade. A expansão ferroviária brasileira relevante só começa a partir das décadas de 1870 e 1880, de quando do boom industrial, impulsionado por um capital privado incipiente, cuja principal figura era Irineu Evangelista de Souza, ou Barão de Mauá. Todavia, a maior parte do preço final do produto siderúrgico era resultado do frete até o mercado consumidor.

Os efeitos disso foram tão profundos que, nos anos 1820, quando as tarifas sobre ferro importado eram de 15%, a arroba britânica custava cerca de 900 réis. O reajuste das tarifas após Alves Branco elevou-a para 25%, implicando um aumento cerca de 8-10% do preço final, qual flutuava entre 980 e 1000 réis. O preço do ferro da Fundação de Ipanema, produzido nacionalmente (ou seja, que não precisava atravessar o Oceano Atlântico para chegar ao consumidor final), era de 1400 réis. Mesmo após as tarifas Alves Branco, o ferro de Ipanema não se tornou mais barato, clarificando como uma série de fatores estruturais, quando mal geridos, podem fazer acumular uma pilha de ineficiências sistematicamente, pesando não só na competitividade do ferro, mas de toda a indústria nacional que dependia dele (como as próprias ferrovias).

O governo entendeu, diante disso, que seria mais fácil mudar os objetivos da empresa. Ela não mais seria encarada como o motor da industrialização nacional, mas sim como estabelecimento auxiliar para o Exército a partir de 1850. A sua função prioritária, dessa forma, se torna produzir mais equipamentos militares. Em seus momentos de glória, forneceu inúmeros recursos para o esforço de guerra brasileiro nos sórdidos pântanos paraguaios. Na prática, houve o abandono da lógica empresarial clássica, pois a hierarquia interna passou a refletir mais a organização militar do que os modelos de administração das demais empresas privadas.

Em meio ao seu declínio, a firma já não mais vigorava tal qual antes. Os técnicos estrangeiros, que antes representavam as incessantes tentativas do Estado de trazer tudo o que havia de mais novo e vanguardista na indústria europeia, foram substituídos por brasileiros treinados na própria

fábrica e militares com formação técnica básica. Isso não foi um processo de nacionalização qualificada, quando as indústrias nacionais, depois de aprendida a técnica estrangeira, passam a usar o know-how por si mesmas, mas sim uma contenção de custos.

As últimas tentativas de ressuscitação da Fundação de Ipanema aconteceram nos anos finais do Império, mas, sem as reformas estruturais necessárias, falharam uma após a outra. Pouco a pouco, a escala também foi caindo. O encerramento das atividades parecia não só mais inevitável a cada dia, como também mais próximo.

Um golpe, dois ditadores, uma bolha e conclusão:

Na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, um pequeno grupo de militares descontentes com a desvalorização do Exército, tornado significativamente mais influente depois da Guerra do Paraguai, perante a Coroa, cujas preocupações maiores eram socioeconômicas, decorrentes sobretudo dos impactos da abolição da escravidão no marcante 13 de Maio do ano anterior, executou um golpe de Estado traiçoeiro que derrubou a monarquia e instituiu um regime republicano despótico.

Quando a República foi “proclamada”, a Fundação de Ipanema já estava praticamente morta. Mesmo assim, tecnicamente ainda operava. Um dos últimos pregos em seu caixão foi a crise do Encilhamento, causada por conta de uma expansão monetária agressiva nos anos de 1890, gerando uma bolha especulativa que viria a estourar na forma de um colapso fiscal. Mesmo que ela não tenha particularmente incidido sobre a falência da estatal diretamente, ela sobrecarregou a capacidade do governo de financiar os seus próprios custos, gerando a necessidade de cortes imediatos.

Àquela altura, a Real Fábrica de Ferro Ipanema já sofria danos irremediáveis. Os defeitos eram cumulativos, então é impossível dizer que a sua falência veio a ser simplesmente decretada em 1895, mas, mais do que isso, causada por uma “morte de mil cortes”, no sentido de que se tinha empurrado deficiências sistemáticas com a barriga, sem ao menos se importar em quais danos isso poderia resultar não somente à fábrica em si, mas a todas as indústrias subjacentes que dependiam de ferro barato.

O Marquês de Argenson, responsável por cunhar o termo “laissez-faire”, usado para designar o sistema de livre mercado, significa, em tradução literal, “deixe acontecer”. Isso, não porque o modelo de livre empresa é permissivo ou algo assim, mas porque ele torna os agentes econômicos em mais do que poupadores em modelos econométricos usados por economistas modernos, os torna aquilo que Mises chamou de homo agens, em contraposição ao homo economicus de Marx, ou seja, indivíduos capazes de tomar as suas próprias decisões. Isso implica assumir riscos inerentes à ação empreendedora, lidar com a incerteza e, em última instância, ser o único responsável real pelas próprias ações, sofrendo as consequências através do feedback da oferta e procura.

Quando esse sistema é comprometido, as empresas não atingem a maturidade necessária para crescer de forma sustentada. Assim como um bom aluno só aprende a aplicar equações de segundo grau praticando, se expondo ao risco de errar e até mesmo de ir mal na prova, uma boa empresa só cresce de verdade quando se expõe ao risco da falência. Sem isso, as formas permanecem na eterna infância, sem nunca explorar o seu potencial, mesmo que inicialmente doa. E se Ipanema falisse mais cedo?

“Deixe acontecer”, diriam a maioria dos economistas. As empresas ineficientes precisam deixar de existir, não em desfavor da indústria, mas em favor das mais eficientes que irão tomar o seu lugar.

A Fundação e Ipanema é um caso histórico que merece ser devidamente apreciado por todos aqueles que se interessam por Economia, pois ela é a síntese da maioria dos sucessos e fracassos da indústria nacional. Ambos, sucesso e fracasso, contrataram fortemente entre si num mesmo espaço, mas em tempos diferentes. Se em 1810, a Real Fábrica de Ferro Ipanema nascerá através da integração com os mercados internacionais, absorvendo tudo o que havia de mais moderno na Europa, com o Estado exemplarmente absorvendo o risco moral através do investimento pesado nos estágios iniciais, em 1895, uma série de políticas mal desenhadas culminariam em incentivos perversos para preservar ineficiências sistematicamente ao longo de décadas, resultando em produtos excessivamente caros (mesmo depois das tarifas protecionistas) e déficit tecnológico constante.

Esse laboratório histórico, mais do que uma nota de rodapé, é um verdadeiro caso a ser estudado, principalmente pelos formuladores de políticas públicas, para que possa-se potencializar ao máximo as virtudes da indústria nacional, ao mesmo tempo que não apenas se inibam os erros, como também sejam todos corrigidos.

Instabilidade monetária, carência de infraestrutura industrial eficiente, barreiras de entrada excessivas; todos esses nomes são tão familiares hoje quanto há 150 anos, provando a atemporalidade do caso da Fundação de Ipanema. Uma das principais razões para isso, resume Eugênio Gudín, é que “O empresariado brasileiro acostuma-se a depender do governo. E de fato, depende muito. O governo tem um controle enorme sobre a economia, de maneira que o empresário vive é a adular o governo para obter vantagens e incentivos.”



Eugênio Gudín



Fotografia “flower power” de Bernie Boston.

Douglas Sousa Lauletta

Um mundo em transição: rivalidades estratégicas, guerras regionais e o reposicionamento do Brasil na nova geopolítica global

O sistema internacional atravessa uma das mais profundas transformações desde o fim da Guerra Fria. Nas últimas décadas, o mundo deixou gradualmente de operar sob a hegemonia incontestável dos Estados Unidos para caminhar em direção a uma ordem mais fragmentada, marcada pela competição entre grandes potências, conflitos regionais persistentes e disputas

econômicas tecnológicas que redefinem alianças históricas. Nesse cenário em rápida mutação, países emergentes entre eles o Brasil busca ampliar autonomia estratégica enquanto equilibram relações com polos de poder cada vez mais rivais.

A geopolítica contemporânea não se organiza mais em blocos ideológicos rígidos, como ocorreu no século XX. Em vez disso, caracteriza-se por múltiplos centros de influência, acordos flexíveis e rivalidades simultaneamente econômicas, tecnológicas e militares. O resultado é um ambiente internacional instável, porém altamente interdependente.

O retorno da competição entre grandes potências:

O principal eixo da política global atual é a rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China. Diferentemente da Guerra Fria entre Washington e Moscou, o confronto contemporâneo ocorre menos no campo

Mirjam Nilsson

militar direto e mais na economia, tecnologia e cadeias produtivas globais.

Os Estados Unidos buscam preservar sua liderança internacional por meio de alianças tradicionais especialmente com Europa, Japão e Coreia do Sul e por políticas industriais voltadas à reindustrialização e ao domínio tecnológico. Já a China aposta na expansão comercial, em investimentos em infraestrutura e na internacionalização gradual de sua influência política, sobretudo por meio da Iniciativa Cinturão e Rota.

A disputa se manifesta em áreas estratégicas como semicondutores, inteligência artificial, energia limpa e controle de minerais críticos. O comércio internacional tornou-se instrumento geopolítico, e sanções econômicas passaram a ser utilizadas com frequência crescente como ferramenta diplomática.

Essa competição gera um fenômeno conhecido como “desglobalização seletiva”: países continuam interdependentes economicamente, mas procuram reduzir vulnerabilidades estratégicas, reorganizando cadeias produtivas em regiões consideradas politicamente seguras.

A guerra da Ucrânia e seu redesenho no continente Europeu:

A guerra entre Rússia e Ucrânia consolidou o retorno da guerra convencional de grande escala ao continente europeu, encerrando definitivamente a ideia de uma Europa pós-conflitos armados. Entrando em seu 5º ano de guerra desde início da invasão russa ao país, o conflito provocou mudanças profundas na arquitetura de segurança internacional.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) expandiu sua relevância estratégica, reforçando presença militar no Leste Europeu e ampliando cooperação entre países membros. Ao mesmo tempo, sanções econômicas contra Moscou aceleraram a reorganização dos mercados energéticos globais, levando países europeus a reduzir dependência do gás russo e buscar novas fontes energéticas.

Para além do campo militar, a guerra produziu efeitos econômicos globais duradouros: inflação energética, insegurança alimentar e volatilidade nos mercados agrícolas impactos particularmente relevantes para países exportadores de commodities, como o Brasil.

O conflito também revelou limites do poder internacional das instituições multilaterais, incapazes de impedir ou encerrar rapidamente a guerra, reforçando a percepção de um sistema internacional mais competitivo e menos cooperativo.

O Oriente Médio: conflitos persistentes e disputa energética:

O Oriente Médio permanece como um dos epicentros da instabilidade global. Tensões entre Israel e grupos armados na região, rivalidades entre Irã e potências árabes e disputas internas em países fragilizados continuam influenciando o equilíbrio internacional.

Apesar da crescente transição energética, o petróleo e o gás ainda ocupam papel central na política mundial. Países produtores mantêm capacidade significativa de impactar preços globais e, consequentemente, economias nacionais. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+) demonstra como decisões energéticas são inseparáveis da geopolítica.

A região também se tornou espaço de competição indireta entre grandes potências. Estados Unidos, Rússia e China ampliam presença diplomática e econômica, cada qual buscando garantir influência estratégica sobre rotas comerciais e recursos energéticos.

A ascensão do Sul Global e a busca por autonomia estratégica:



Um dos fenômenos mais relevantes da política internacional atual é o fortalecimento do chamado Sul Global conjunto heterogêneo de países emergentes que buscam maior protagonismo nas decisões globais.

Organizações como o BRICS ganharam relevância ao defender reformas em instituições internacionais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial, consideradas por muitos países como excessivamente dominadas por potências ocidentais. A ampliação do grupo e o debate sobre mecanismos financeiros alternativos ao dólar ilustram tentativas de diversificação do sistema econômico internacional.

Essa dinâmica não representa necessariamente uma ruptura com o Ocidente, mas sim a busca por maior margem de manobra diplomática. Países emergentes procuram evitar alinhamentos automáticos, adotando estratégias pragmáticas baseadas em interesses econômicos e segurança nacional.

O Brasil entre autonomia e equilíbrio diplomático:

Nesse cenário complexo, o Brasil tenta recuperar protagonismo internacional por meio de uma política externa baseada no multilateralismo e na mediação diplomática. Tradicionalmente defensor da negociação e do direito internacional, o país busca posicionar-se como ator capaz de dialogar simultaneamente com diferentes blocos geopolíticos.

A estratégia brasileira pode ser definida como “não alinhamento ativo”: manter boas relações com Estados Unidos, União Europeia e China ao mesmo tempo, evitando dependência excessiva de qualquer potência. A China permanece como principal parceiro comercial brasileiro, enquanto Estados Unidos e Europa continuam fundamentais em investimentos, tecnologia e cooperação política.

O Brasil também tenta ampliar sua influência por meio da agenda ambiental. A Amazônia tornou-se ativo geopolítico central, transformando o país em interlocutor indispensável nos debates climáticos globais. Questões ambientais passaram a influenciar negociações comerciais, financiamento internacional e imagem diplomática.

Ao mesmo tempo, o país enfrenta desafios internos que limitam sua projeção externa, como crescimento econômico moderado, polarização política doméstica e restrições fiscais.

Comércio internacional e a nova geopolítica das commodities:

A reorganização econômica mundial aumentou a importância estratégica de alimentos, energia e minerais críticos. O Brasil, grande exportador agrícola e produtor energético relevante, encontra-se em posição privilegiada nesse novo contexto.

A demanda global por segurança alimentar cresceu após crises logísticas e conflitos internacionais, elevando o peso político do agronegócio brasileiro. Paralelamente, a transição energética aumentou o interesse internacional por minerais utilizados em baterias e tecnologias verdes área em que o país possui reservas significativas.

Contudo, essa vantagem econômica traz desafios diplomáticos. Pressões ambientais internacionais e exigências de sustentabilidade tornaram-se parte das negociações comerciais, obrigando o Brasil a equilibrar crescimento econômico e compromissos climáticos.

Tecnologia, inteligência artificial e soberania digital:

Outro campo central da disputa geopolítica contemporânea é o domínio tecnológico. Inteligência artificial, computação avançada e infraestrutura digital passaram a ser considerados ativos estratégicos comparáveis ao poder militar tradicional.

Estados buscam proteger dados, desenvolver tecnologias nacionais e reduzir dependência de plataformas estrangeiras. A chamada soberania digital tornou-se tema recorrente em fóruns internacionais.



Entre os principais riscos globais estão:

- conflitos regionais com potencial de escalada internacional;
- guerras comerciais e fragmentação econômica;
- crises climáticas e migrações em massa;
- disputas tecnológicas que podem dividir a internet e cadeias produtivas globais.

Nesse contexto, organismos multilaterais enfrentam dificuldades para mediar crises, enquanto potências regionais ganham maior relevância.

Um mundo sem centro único:

As transformações geopolíticas recentes indicam o fim de uma era marcada por liderança global incontestável. O sistema internacional atual não possui um único centro de poder, mas múltiplos polos que cooperam e competem simultaneamente.

Para o Brasil, esse cenário representa tanto risco quanto oportunidade. A ausência de hegemonia absoluta abre espaço para maior autonomia diplomática, mas também exige decisões estratégicas mais complexas.

O mundo entra, assim, em uma fase de transição histórica: menos previsível, mais competitivo e profundamente interconectado. A forma como países médios como o Brasil navegará essa nova realidade ajudará a definir não apenas seu papel internacional, mas também o equilíbrio político e econômico das próximas décadas.

Para o Brasil, o desafio é duplo: participar da economia digital global sem tornar-se apenas consumidor de tecnologia estrangeira. Investimentos em inovação, regulação de plataformas e cooperação científica internacional tornam-se elementos fundamentais para evitar marginalização tecnológica.

Multipolaridade instável e riscos globais:

O mundo atual caminha para uma ordem multipolar, mas ainda sem regras claramente definidas. Diferentemente do equilíbrio bipolar da Guerra Fria, a multipolaridade contemporânea envolve múltiplos atores com interesses divergentes, aumentando a imprevisibilidade.



A combinação desses fatores demonstra que o Brasil inicia 2026 sob uma dinâmica política acelerada, na qual decisões administrativas e eventos culturais passam a ser interpretados sob lente eleitoral, enquanto instituições procuram reafirmar estabilidade diante de desafios internos e externos.

Governo federal reorganiza agenda e antecipa discurso eleitoral:

Douglas Sousa Lauletta

Brasil em Movimento: tensão institucional, pré-eleição e disputas narrativas marcam o cenário político nas últimas semanas

O cenário político brasileiro atravessou, nas últimas duas semanas, um período de intensa movimentação institucional e simbólica, marcado pela antecipação do clima eleitoral de 2026, pelo reposicionamento estratégico do governo federal, por tensões entre poderes e por episódios que revelam o grau de polarização ainda presente na sociedade. Entre debates legislativos, controvérsias culturais com repercussão política, disputas comerciais internacionais e investigações de segurança pública, o país entrou definitivamente em um ciclo pré-eleitoral ainda informal, mas cada vez mais explícito.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu o ano político buscando consolidar sua base institucional e preparar o terreno para o ciclo eleitoral que culminará nas eleições gerais de outubro de 2026. A mensagem enviada ao Congresso Nacional no início dos trabalhos legislativos reforçou a narrativa de recuperação econômica e social após anos de instabilidade, destacando avanços econômicos e defendendo pautas trabalhistas, como o debate sobre mudanças na jornada de trabalho incluindo críticas à escala 6x1.

Ao mesmo tempo, o governo iniciou ajustes internos e articulações políticas voltadas à recomposição da coalizão parlamentar, movimento interpretado por analistas como tentativa de reduzir resistências no Legislativo e garantir governabilidade durante um ano politicamente sensível.

Nos bastidores, cresce a percepção de que o discurso presidencial poderá sofrer mudanças estratégicas.

Relatos políticos indicam que Lula avalia adotar uma retórica mais crítica às elites econômicas e institucionais, aproximando-se de uma linguagem mais combativa uma tentativa de disputar narrativas populares em um ambiente de forte polarização.

Esse reposicionamento ocorre num momento em que o governo busca equilibrar duas frentes simultâneas: manter estabilidade institucional e, ao mesmo tempo, mobilizar sua base social para o próximo pleito.

Congresso retoma protagonismo em ano pré-eleitoral:

No Legislativo, a retomada dos trabalhos marcou a definição de prioridades políticas que refletem tanto demandas sociais quanto interesses eleitorais. Entre os temas discutidos estão segurança pública, mudanças nas relações de trabalho e políticas econômicas voltadas à inovação e produtividade.

O Congresso tende a assumir papel ainda mais central em 2026 por duas razões principais. A primeira é o calendário eleitoral, que reduz a janela para aprovação de projetos estruturais. A segunda é o fortalecimento do chamado “centrão”, bloco parlamentar cuja influência cresce em períodos de disputa política aberta.



Ministro André Mendonça em sessão plenária do STF. (Foto Gustavo Moreno/STF)

Paralelamente, negociações partidárias começaram a ganhar visibilidade pública. Conversas iniciais sobre possíveis chapas presidenciais e alianças já aparecem no debate político, embora lideranças insistam que ainda é cedo para definições formais.

Na prática, o país vive uma pré-campanha informal, em que movimentos políticos são testados sem o rótulo oficial de campanha eleitoral.

Supremo Tribunal Federal e memória institucional da crise democrática:

Outro eixo central das últimas semanas foi a reafirmação do papel do Judiciário no contexto pós-crise institucional dos últimos anos. Durante a abertura do ano judiciário, Lula destacou que o Brasil demonstrou força institucional

ao julgar envolvidos em tentativas de ruptura democrática, afirmando que as instituições “cumpriram seu papel”.

A fala reforça a narrativa governista de defesa da democracia e evidencia como os acontecimentos políticos recentes continuam moldando o debate nacional. O Supremo Tribunal Federal permanece no centro das disputas simbólicas e políticas, frequentemente alvo de críticas de setores da oposição e, simultaneamente, peça-chave na estabilidade institucional.

Esse protagonismo judicial contribui para um fenômeno recorrente na política brasileira contemporânea: a judicialização da política e a politização da Justiça dinâmica que tende a se intensificar conforme o calendário eleitoral avança.

Carnaval e política: homenagem a Lula gera crise simbólica:

Talvez o episódio mais emblemático das últimas semanas tenha ocorrido fora das arenas tradicionais da política. Uma escola de samba do Rio de Janeiro decidiu dedicar seu desfile à trajetória de Lula, retratando sua ascensão social e carreira política. O evento provocou forte reação da oposição, que acusou a homenagem de configurar propaganda eleitoral antecipada.

A controvérsia ganhou dimensão nacional após ações judiciais tentarem impedir o desfile. Embora a maioria dos pedidos tenha sido rejeitada pela Justiça, o episódio expôs como manifestações culturais passaram a ser interpretadas como instrumentos políticos em um ambiente altamente polarizado.

Especialistas apontam que o caso revela uma mudança relevante: a disputa política deixou de se restringir ao debate institucional e passou a ocupar também espaços culturais e simbólicos. A homenagem, inédita para um presidente em exercício, levantou discussões sobre limites entre expressão artística e promoção política.

O governo sustentou que o financiamento público do carnaval segue regras iguais para todas as escolas, enquanto críticos argumentaram que símbolos associados ao partido presidencial reforçariam caráter eleitoral.

Segurança pública e radicalização política:

Outro episódio relevante foi a descoberta de um plano de atentado frustrado no centro do Rio de Janeiro, que teria como alvo manifestações próximas à Assembleia Legislativa estadual. Investigações indicaram que o grupo envolvido defendia ações anticorrupção e buscava gerar desordem social por meio de ataques contraestruturas públicas.

A ocorrência reacendeu debates sobre radicalização política e segurança institucional no país. Autoridades tratam o caso como sinal de alerta para o crescimento de movimentos extremistas organizados principalmente em ambientes digitais.



Analistas apontam que o aumento da tensão política em períodos pré-eleitorais historicamente eleva riscos de episódios de violência simbólica ou real, fenômeno observado em diversas democracias contemporâneas.

Movimentos sociais e pressão por agenda econômica:

Enquanto governo e oposição disputam narrativas, movimentos sociais também intensificaram sua atuação. Organizações sindicais e frentes populares reuniram-se para definir mobilizações nacionais voltadas a temas como redução da jornada de trabalho, taxaço de grandes fortunas e ampliação de serviços públicos.]

Essas mobilizações indicam que o debate político em 2026 não será restrito apenas à polarização entre campos ideológicos tradicionais, mas incluirá também pressões econômicas e sociais decorrentes do custo de vida e das transformações no mercado de trabalho.

Polarização persistente e disputa pelo futuro político:

O conjunto dos acontecimentos das últimas semanas evidencia que o Brasil permanece marcado por forte divisão política. A antecipação do debate eleitoral transforma praticamente qualquer decisão pública administrativa, cultural ou diplomática em objeto de disputa narrativa.

O governo busca consolidar resultados econômicos e reforçar a imagem de estabilidade democrática. A oposição, por sua vez, aposta em questionamentos institucionais e na crítica ao uso político da máquina pública. No meio desse embate, o Congresso assume papel decisivo como arena de negociação e contenção de crises.

Mais do que eventos isolados, os episódios recentes indicam uma tendência estrutural: o país entrou definitivamente em um ciclo político permanente, no qual campanha e governo passam a coexistir simultaneamente.

Um país em pré-campanha permanente:

As últimas duas semanas revelam um Brasil politicamente ativo, institucionalmente tensionado, mas ainda funcional dentro das regras democráticas. A disputa simbólica em torno do carnaval, o reposicionamento discursivo do governo, os debates legislativos, as tensões no Mercosul e os alertas de segurança pública compõem um quadro de transição rumo às eleições de 2026.

Se há um consenso entre analistas, é o de que o país vive menos um momento de ruptura e mais uma fase de redefinição política. A democracia brasileira segue operando, mas sob pressão constante — pressionada por expectativas sociais elevadas, polarização persistente e um calendário eleitoral que já influencia decisões antes mesmo do início oficial da campanha.

Nos próximos meses, a tendência é que essa dinâmica se intensifique. O Brasil, ao que tudo indica, não apenas se aproxima de uma eleição: ele já começou, politicamente, a vivê-la.



Artista que fez a bandeira Nikollas C. Moraes.

“Pela Pátria, Pela Ordem e Pelo Progresso! Compromisso, Ação e Mudança! Viva o Brasil!”

- Braian Alflen
fundador do M.O.P.